

SAÍDA ALTERNATIVA

AL cogita comprar a Santa Casa



Gilberto Leite

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), deputado Max Russi (PSB), afirmou que a Casa pode comprar o prédio da Santa Casa, atualmente administrada pelo Governo do Estado, e doá-lo à Pre-

feitura de Cuiabá. Max disse que vai defender essa compra e conversar com o governador Mauro Mendes (União). Russi revelou a possibilidade na quarta-feira, 14 de maio.

O Estado se prepara para entregar a administração da unidade,

que deverá fechar as portas, após a inauguração do Hospital Central, previsto para agosto deste ano.

“O posicionamento do deputado Max é pelo não fechamento da Santa Casa. Não fechamento em que sentido, o Estado vai ter uma estru-

tura melhor, o Hospital Central, a gente está sonhando com isso. Agora, a Santa Casa, o Município quer assumir, se o Município quer assumir, acho que a gente pode dar essa contribuição, fazer essa compra, entregar isso ao Município e o Município poder ge-

rir uma unidade de saúde atendendo a população cuiabana. Então, eu vou defender isso, tenho defendido isso com o governador nessa pauta. Pretendo voltar assim que a gente caminhar mais ou não haver esse entendimento ou um entendimento diferente desse”, disse Russi.

O prefeito Abilio Brunini (PL), que tem interesse de gerir o hospital, já argumentou com deputados o desejo de que os equipamentos da Santa Casa permaneçam no local. Também quer que os parlamentares entrem “nessa guerra” para que a Prefeitura passe a ter a posse da unidade hospitalar.

Em entrevistas recentes, Abilio destacou a importância história do prédio da Santa Casa, bem como a relevância para a Saúde da capital, com mais de 200 anos de serviços prestados à população de Mato Grosso. No entanto, o prefeito destacou que a Prefeitura não tem capacidade de adquirir o imóvel.

A Santa Casa está sob administração do Governo do Estado desde maio de 2019, após ficar dois meses com as portas fechadas devido às dívidas milionárias. A unidade funcionava com doações, emendas parlamentares e pagamento de serviços contratados pela Administração Pública, por meio de convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na época, a unidade acusou o Município de Cuiabá de estar em dívida com ela, argumento que foi rebatido pela gestão Emanuel Pinheiro (MDB), que alegou o contrário: que a Santa Casa estava em débito com a Prefeitura por serviços recebidos antecipadamente e que não haviam sido realizados.

Após a unidade fechar as portas, o Governo do Estado decretou uma requisição administrativa do local e vem tocando a unidade até os tempos atuais. Porém, com a inauguração do novo Hospital Central do Estado, o Governo abrirá mão da Santa Casa.

ATRASO DOS UNIFORMES

“Puxa-sacos do Emanuel não cobraram no passado”

Da redação

O prefeito Abilio Brunini (PL) culpou a gestão do ex-prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e os vereadores da antiga legislatura pelo atraso da entrega dos kits escolares para os alunos da rede municipal de educação. Apesar do atraso, Abilio disse que os uniformes devem ser entregues nas próximas semanas, pois os kits já foram licitados pela atual gestão e entregues à Prefeitura de Cuiabá.

Em conversa com jornalistas, Abilio disse que a aquisição deveria ter sido feita no final do ano anterior, assim como o levantamento de número de alunos, dentre outros. Já em relação às cobranças feitas pelos vereadores, o prefeito afirmou que os parlamentares eram “puxa-sacos” de Emanuel e que não cobraram o antigo gestor para providenciar os uniformes.

“Eles eram puxa-sacos do Emanuel na gestão passada e eles não cobraram o Emanuel para comprar com antecedência. Todo o processo de compra foi instrumentalizado na nossa gestão e o certo é prever isso no final do ano anterior para poder organizar e chegar nesse ano dentro do período correto”, disparou.

Assim que assumiu, pontuou o prefeito, a gestão precisou fazer todos os levantamentos,

contratar a empresa e realizar os pedidos dos uniformes. O prefeito também revelou que a nova remessa de uniformes deveria ter sido entregue há cerca de duas semanas, mas houve um atraso por parte do fornecedor.

Apesar disso, os uniformes já foram entregues pela empresa responsável e agora serão distribuídos aos alunos. Segundo Abilio, os vereadores de oposição já sabem que os uniforme serão entregues em breve e, por isso, resolveram ‘chamar atenção’.

“Eles sabem que o uniforme já chegou e vai ser entregue já durante semana”, completou.

O prefeito também lembrou que, ainda no período da transição, ele foi à Câmara para viabilizar essa questão, mas que os vereadores foram irredutíveis. Abilio garantiu também que não haverá atraso da entrega dos produtos nos próximos anos de sua gestão.

“No início das aulas do ano que vem já vai ter o kit, já vai ter todo o material, porque a gente compra com antecedência, compra em outubro ou novembro desse ano, e aí chega o período do início das aulas em fevereiro e estará tudo entregue. Infelizmente, essa gestão começou desse jeito por razão da própria falta de planejamento da gestão passada”, concluiu.

Gabriel Soares

O setor imobiliário de Cuiabá começou 2025 com o pé direito. Entre janeiro e março, a capital bateu mais um recorde: foram R\$ 1,390 bilhão movimentados no primeiro trimestre, um crescimento de 14,3% em relação ao mesmo período de 2024. Os dados são do Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi-MT), em parceria com a Secretaria de Fazenda do Município.

É o melhor resultado desde 2015, quando o levantamento passou a ser feito com base nos registros do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). No total, 3.090 imóveis foram comercializados na capital durante o primeiro trimestre do ano, 32,75% a mais que no mesmo período do ano passado. Trata-se de uma das maiores altas já registradas em um primeiro trimestre na capital.

Segundo o presidente do Secovi-MT, Marco Sérgio Pessoz, o ritmo aquecido tem muito a ver com a entrega de empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida, que ampliou o acesso à moradia para faixas de renda mais baixas.

“A maior disponibilidade de crédito para a população favoreceu a procura por imóveis de menor valor nas vendas. Ainda assim, Cuiabá tem demonstrado resiliência diante das variações econômicas”, avaliou.

TÁ BOMBANDO!

Mercado imobiliário bate recorde

Gilberto Leite



Essa maior oferta de imóveis mais acessíveis também puxou o valor médio das vendas para baixo. O ticket médio caiu 23,14%, passando de R\$ 585.166 para R\$ 449.911. Ainda assim, o número alto de transações garantiu um resultado geral expressivo. De acordo com o levantamento, a maioria das unidades comercializadas neste primeiro trimestre se concentra em bairros residenciais nas zonas Leste e Oeste de Cuiabá, responsáveis por 53,9% do total vendido.

Outro destaque foi o volume de financiamentos imobiliários, que teve um crescimento surpreendente de 163,74%. A maior disponibilidade de crédito e a entrada de novos produtos com taxas mais atrativas ajudaram a impulsionar esse cres-

cimento. A modalidade tem sido fundamental para destravar a venda de imóveis em faixas de preço intermediárias.

Essa arrancada em 2025 dá sequência a um desempenho positivo observado no ano passado. Mesmo com alta de juros, inflação e menos recursos para financiamento, Cuiabá movimentou R\$ 4,677 bilhões em 2024, alta de 8,61% sobre o ano anterior. Foram 10.216 imóveis vendidos, com destaque para as regiões Oeste e Leste da cidade.

Apesar do aumento expressivo no valor transacionado, especialistas do setor ainda permanecem em alerta em 2025, já que o cenário macroeconômico traz desafios para o setor imobiliário. O aumento contínuo da taxa Selic,

atualmente em 14,75% e com perspectiva de nova alta, tende a dificultar o acesso ao crédito, freando a contratação de novos empréstimos.

Apesar do alerta, o início do ano indica que o setor segue com boa tração, reforçado por crédito mais acessível, imóveis de menor valor e um consumidor ainda ativo no mercado.

Os dados fazem parte dos Indicadores do Mercado Imobiliário de Cuiabá, relatório elaborado pelo Secovi-MT em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda e apoio da Fecomércio-MT. Desde 2015, o levantamento utiliza as informações declaradas no ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) para acompanhar a movimentação do setor na capital.

A força industrial de MT

Mato Grosso tem conseguido se destacar no cenário nacional como uma potência industrial em expansão. Os dados mais recentes da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, comprovam essa evolução: o estado registrou crescimento de 4,1% em março de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O desempenho é superior à média nacional (3,1%) e garante a quinta maior alta entre os 15 estados pesquisados, ficando atrás

apenas de Santa Catarina, Paraná, Pará e Ceará. Esse avanço não é obra do acaso. O crescimento expressivo em setores como produtos químicos (28,2%), minerais não-metálicos (15,1%), madeira (6,8%) e alimentos (2,8%) demonstra um modelo de desenvolvimento que aposta na diversificação industrial e no aproveitamento inteligente das vocações locais. No entanto, é necessário ir além da celebração dos números. O cenário também

impõe desafios conhecidos: infraestrutura precária, gargalos logísticos, deficiência na formação de mão de obra e problemas com fornecimento de energia ainda travam o ritmo da indústria mato-grossense. É preciso reconhecer os avanços, mas manter o olhar atento para as travas que impedem que esse crescimento se torne ainda mais robusto e sustentável. O presidente da Fiemt, Silvio Rangel, foi direto ao afirmar que, apesar das limitações, o setor industrial mostra sua força e resiliência. E ele tem razão. Mas esse esforço precisa ser amparado por políticas pú-

blicas eficientes, investimentos em infraestrutura e uma atuação coordenada entre o setor privado e o poder público. O apoio à inovação, à tecnologia e à qualificação profissional deve ser permanente. Outro dado que chama atenção é a performance de Mato Grosso frente a estados tradicionalmente mais industrializados. Na comparação com março do ano passado, mesmo com um crescimento mais modesto de 0,8%, o estado se manteve entre os onze com variação positiva, sinal de que há consistência no desempenho. A manutenção desse ritmo exige atenção à competitivi-

dade. A indústria não avança sozinha. Ela precisa de ambiente de negócios favorável, segurança jurídica e incentivos adequados para modernização. O momento é de consolidação de um modelo que valorize a produção local sem perder de vista as exigências de um mercado cada vez mais globalizado. Mato Grosso tem mostrado que pode ser mais do que o celeiro agrícola do Brasil. Tem força para ser referência também na transformação industrial. O caminho está traçado. Cabe agora pavimentá-lo com planejamento, investimento e visão de longo prazo.

O mito da resiliência

Marco Antonio Spinelli (*)

Resiliência é um termo usado em várias áreas, como a Psicologia, por exemplo, mas o conceito deriva da Engenharia de Materiais. Um material resiliente não se caracteriza apenas por sua capacidade de resistir a fortes pressões e sobrecargas, mas, sobretudo, consegue retomar a sua forma original quando a pressão deixa de existir. Resiliência, então, inclui a capacidade de suportar, manter e recuperar a função em situações de estresse e sobrecarga. Montar um sistema resiliente é projetar algo complexo, que tolera e se recupera em situações que tudo pode entrar em colapso. Na Pandemia, o Isolamento Social foi uma forma de preservar a Resiliência do Sistema de Saúde. Se todos fossem infectados pela Covid – 19 ao mesmo tempo, o sistema não teria capacidade de absorver a demanda e as pessoas morreriam sem ter acesso aos cuidados o que, em alguns períodos e locais, acabou acontecendo. Os negacionistas diziam que a quarentena não impediria a propagação do vírus, o que era verdade, mas a ideia era proteger a Resiliência do sistema, e isso acabou ocorrendo.

Na vida profissional e no Mundo Corporativo, Resiliência é um mantra e uma busca

dos profissionais de RH. O seu significado é a adaptabilidade do profissional em situações de maior ou menor carga de trabalho e de estresse nas tarefas. O desejado profissional resiliente se adapta a mudanças abruptas de exigências e de condições de trabalho e entrega, no final, o resultado que era esperado. Certo? Nem sempre. Nassim Taleb é um economista, escritor e livre-pensador contemporâneo que escreveu alguns livros que eu admiro, um deles seminal, o “Anti-Frágil”. Quem toma contato com esse termo se engana, porque ele é mesmo um pouco infeliz. Anti-fragilidade lembra uma brigada de administradores caçando funcionários molengas e chorões para suas listas de demissão. Não é isso. Ser anti-frágil é construir uma Resiliência sustentável a partir do cuidado com a própria fragilidade. E não é isso que as pessoas fazem quando tentam ser resilientes. Com a resolução NR – 1 as empresas terão a atribuição de cuidar da Saúde Mental de seus colaboradores. Uma consequência direta, lamento falar, vai ser uma caça silenciosa aos funcionários que não são resilientes, “que não seguram a onda”. A anti-fragilidade aqui vai ser exercida em sua acepção errada, que será a tentativa de selecionar no ambiente corporativo quem supera as dificuldades sem

Burnouts, Depressões ou crises de Ansiedade. Muita gente que já escondia suas dificuldades vai ter que esconder mais ainda suas olheiras e colocar uma máscara de equilíbrio e saúde mental impoluta. Ou a empresa pode ser penalizada. Mas é lógico que essa resolução é um avanço. Colocar uma lupa nas condições de trabalho e de carga de estressores dos colaboradores abre novas e promissoras possibilidades. Mas precisa ser bem feito. E essa maneira top-down de uma mudança da legislação vai criar muitos sistemas de proteção para inglês ver, se me perdoam o excesso de realismo. O culto à Resiliência leva, necessariamente, a uma epidemia de Burnouts, afastamentos e adoecimentos da equipe em geral. A Resiliência que é cultivada é uma forma extrema de endure, de resistência: quem aguenta varar mais noites, quem tolera exigências absurdas e descabidas de chefes despreparados, quem se adapta a diretrizes e prioridades que mudam como uma biruta ao vento. Resistir ao ambiente por vezes caótico do trabalho é uma virtude e um diferencial a ser cultivado, sim. Mas criar um sistema anti-frágil significa muita atenção aos elos fracos da corrente, que podem sucumbir. Um setor onde se batem recordes de afastamentos e turnover de funcionários é um

setor Frágil. Colocar a culpa nas pessoas, que “não dão conta” é não só uma covardia como uma imensa burrice. Além de custar dinheiro. E muito dinheiro. Criar funcionários anti-frágeis é ensinar para eles que cuidar do sono, da alimentação, de exercícios físicos, é uma forma de proteger a própria fragilidade. O seu corpo e sua mente são seus instrumentos de trabalho. Descuidar deles é como um violinista que não afina seu violão. Ter regras claras e capacidade de previsibilidade do que vai acontecer e de que jeito também é uma forma de criar um sistema anti-frágil. O sistema fica realmente potente quando passa a tirar proveito das dificuldades. Como diria Nietzsche, “O que não me mata me torna mais forte”. Essa é a tarefa mais difícil e mais promissora: criar um sistema que prospere no meio da adversidade, pois, em nosso país, não há outra opção.

**MARCO ANTONIO SPINELLI é médico, com mestrado em psiquiatria pela Universidade de São Paulo, psicoterapeuta de orientação junguiana e autor do livro “Stress - o coelho de Alice tem sempre muita pressa”.*



Mudança da lei e julgados

Rosana Leite (*)

Mesmo com tantas normas que tratam dos direitos das pessoas vulneráveis, em razão de muitos acontecimentos não previstos legalmente, são necessárias adequações. De outro modo, o Supremo Tribunal Federal tem atuado atipicamente, trazendo a garantia legislativa onde ainda não há. A Lei nº 15.125/2025 foi sancionada em 24 de abril do corrente ano, fazendo alteração da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, incluindo dentre as medidas protetivas de urgência o uso de monitoramento eletrônico em todos os casos de deferimento de medida protetiva de afastamento. Assim, o artigo 22, § 5º, da citada lei, diz que a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor ao respectivo monitoramento, com disponibilização às mulheres do dispositivo de segurança que alerte sobre eventual aproximação. As medidas protetivas se constituem no instrumento mais importante à disposição das mulheres, dentro da Lei Maria da Penha. É necessária a compreensão de que as medi-

das protetivas de urgência são instrumentos à disposição das mulheres, pelo tempo que elas entenderem que necessitam. É bom ressaltar, ainda, que as medidas protetivas não precisam estar atreladas a ações cíveis ou criminais. Elas subsistem por si, enquanto as mulheres delas carecerem. Com a nova alteração, a tornozeleira eletrônica e o botão do pânico passam a ter o uso mais frequente, a bem da garantia da efetividade legal. De outro lado, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, decidiu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada a casais homoafetivos, formados por homens e mulheres travestis e transexuais. A decisão é do dia 21 de fevereiro de 2.025, onde a Corte Suprema do país reconheceu a omissão legislativa do Congresso Nacional em legislar a respeito. É a Lei Maria de Penha, sem dúvida, mesmo já tendo completado a maioridade, de vanguarda, por ter tratado de temas dantes não evidenciados. Foi a primeira norma brasileira a reconhecer as uniões homoafetivas, e, ainda, trazendo em seu esboço políticas públicas importantes a serem reconhecidas e aplicadas.

A ação da ABRAFH, Associação Brasileira de Famílias HomoTransAfetivas, foi proposta no ano de 2.023, em razão da lacuna legislativa existente para a proteção de todas as relações afetivas, e com o primordial objetivo do afastamento de determinadas pessoas do convívio familiar, independentemente de orientação sexual ou gênero. Para a ABRAFH, apesar de a Lei Maria da Penha se constituir em muito avançada, não trouxe a previsão de amparo e proteção do segmento LGBTQIAPN+ como um todo, fazendo com que a violência doméstica e familiar ainda continuasse sentida nos relacionamentos homoafetivos. Assim, a omissão vem sendo percebida para determinado grupo familiar, não podendo haver proteção para alguns tipos de famílias, e para outras não. Para o relator, o Ministro Alexandre de Moraes, apesar de existirem outras leis que atuam no enfrentamento à violência, a Lei Maria da Penha é precisa quanto aos instrumentos de proteção para resguardar as pessoas vítimas de violência doméstica, sendo necessária a sua aplicação para a garantia e amparo da vida das pessoas LGBTQIAPN+.

Tanto a alteração legislativa, quanto o julgado aqui mencionado, fazem parte de aplicações da norma que já aconteciam em sentido amplo. Todavia, dependiam dos respectivos entendimentos dos aplicadores e aplicadoras da norma, muitas vezes reconhecidos como progressistas, ao atenderem detidamente aos direitos humanos. Tal como a homofobia foi equiparada ao racismo pelo Supremo Tribunal Federal, a fim de garantia de proteção do segmento, no caso em apreciação, fica evidente a necessidade de proteção do ambiente doméstico e familiar, levando-se em consideração as múltiplas relações visíveis socialmente. No mais, a vigilância é a mesma: sempre constante! **ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual, mestra em Sociologia pela UFMT, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT -, membro da Academia Mato-Grossense de Direito – AMD - Cadeira nº 29.*



Estresse financeiro

Francisney Liberato (*)

A liberdade de pensamento é indispensável para administrar melhor os seus recursos. Imagine que você tem um amigo cuja vida é muito desorganizada. Você deseja ajudá-lo, por isso, começa a se aprofundar nos detalhes de sua vida e se depara com um cenário ainda mais caótico. A conclusão é de que a vida financeira dele está para lá de prejudicada. Este amigo recebe um salário pequeno, porém os gastos são altos, isto é, com aquilo que ganha é impossível pagar todas as contas mensais. Para reequilibrar isso, ele recorre a empréstimos pessoais. O problema é: como é perceptível, não há como a conta fechar e é praticamente impossível honrar todas as despesas e obrigações já assumidas. Conforme a situação exposta, ele começa a tornar-se uma pessoa estressada e ansiosa, afinal, trabalha bastante, mas não o suficiente para honrar os seus compromissos. Para piorar a situação, é uma pessoa desorganizada e não tem o controle de todos os seus gastos.

A preocupação aumenta e a cobrança também. Os credores querem receber a qualquer custo. O seu amigo já nem atende mais o telefone, nem responde e-mails e WhatsApp de contatos estranhos, com medo dos cobradores. Vive como um fugitivo. Está preso diante das circunstâncias que ele permitiu pela desordem instalada. Os fatores psicológico e emocional do seu amigo são afetados significativamente. Ele se torna uma pessoa impaciente, nervosa, ansiosa, tensa, desanimada, desmotivada, não consegue dormir, não tem paz, vive cansado, mal-humorado, tem dores de cabeça e taquicardia, e aos poucos está perdendo a força de vontade para lutar pelo sustento da sua família. O prejuízo mental ocasionado pelo estresse financeiro ataca a sua saúde física, mental e espiritual. A produtividade despencou e as relações pessoais são prejudicadas. Que vida miserável é essa do seu amigo, não é verdade?! Ou será que essa estória se parece um pouco com a sua hoje? Ou será que já ocorreu isso no seu passado?! O fato

é: não é possível viver assim. Não dá para viver como um mendigo da gestão financeira. É preciso mudar e ressignificar a sua vida! Uma questão é não conseguir pagar uma ou duas contas excepcionalmente no mês, porém, quando se perde o controle da gestão financeira, e isso começa a se repetir nos meses seguintes, deixando a situação crônica, pode virar um círculo vicioso. O que é estresse financeiro? É aquela apreensão que sentimos quando temos uma dívida a saldar ou despesas a pagar e não dispomos de recursos financeiros para honrar esses compromissos. Pesquisa apresentada no site “G1”, em 9/5/2022, nos alerta: “Três a cada quatro brasileiros apontam o dinheiro como sua maior preocupação. A pesquisa da fintech Onze mostra que 74% dos brasileiros dizem que o dinheiro é sua maior fonte de preocupação. O número é maior do que a angústia pela família (60%), pela saúde (57%) e pelo trabalho (44%). A sondagem colheu respostas de 1.603 pessoas, todas elas trabalhadoras assalariadas em regime CLT. Apenas 17,8% dos entrevistados afirmaram que conseguem cobrir os gastos e poupar algum dinheiro ao fim do mês. Na outra ponta, 42,7% disseram que a renda atual cobre os gastos, mas sem sobras. Outros 33,7% confidenciaram que os gastos são maiores que a renda mensal. Os demais não fazem nenhum controle financeiro e não souberam responder”. Pesquisa publicada no site “UOL”, de 31/1/2020, mostra os problemas do estresse na sua vida: “Problemas financeiros elevam o estresse, afetam a autoestima, interferem na cognição atrapalhando o discernimento mental, podem levar ao uso abusivo de bebida, causar depressão e até levar a pessoa ao suicídio. Qualquer tipo de estresse libera cortisol, tendo atuação direta no cérebro. No caso do estresse financeiro, esse problema se torna crônico, duradouro, afinal dificilmente uma dívida é solucionada rapidamente. Há alguns problemas cognitivos relacionados ao estresse que geram prejuízo na atenção, aprendizagem e memória. Isso aconte-

ce porque o estresse provoca uma resposta de luta ou fuga, algo importante para a nossa proteção em muitas situações. Tudo bem, quando essa reação é provocada para ajudar a nos proteger, porém de maneira contínua acaba sendo um dano ao organismo. Afinal, preocupações financeiras predispõem ao aumento de cortisol e adrenalina (hormônios do estresse) na corrente sanguínea. Isso provoca um efeito comportamental em cascata, representado por dificuldades de sono, aumento do apetite com consumo de calorias em excesso, fadiga, ansiedade, depressão e até mesmo aumento do consumo de álcool, tabaco e outras drogas de abuso ou medicamentos tranquilizantes e sedativos”. Se você se encontra nessa situação, a pergunta é: o que devo fazer para melhorar?! Comece a planejar, organizar o seu orçamento familiar, de forma simples e objetiva. Busque novas fontes de receita. Entenda e controle os seus gastos, defina objetivos e metas. Peça ajuda a indivíduos que dominam assuntos financeiros, pesquise e estude. Busque apoio e cooperação da família. Converse com pessoas confiáveis. Faça exercícios físicos. Muitas pessoas já passaram pelo estresse financeiro e conseguiram superar, e você também terá o mesmo destino. Persista, seja resiliente! Não desista! O seu momento ruim vai passar. Mas se utilize da razão e da emoção para aumentar os esforços e mudar esses fatos. Faça o que precisa ser feito e confie em Deus, pois Ele vai te ajudar.

**FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor. Palestrante e Professor há mais de 23 anos. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Graduado em Administração, Ciências Contábeis (CRC-MT), Direito (OAB-MT) e Economia. Membro da Academia Mundial de Letras.*



Jornal

FUNDADO EM 2020

ADMINISTRAÇÃO:

DIRETOR GERAL:

GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:

GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:

AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:

Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT

Telefone: 65 99696-6688

SEM ‘INDÚSTRIA DA MULTA’

Prefeito aponta que radares não fazem sentido em alguns locais e quer realoca-los para pontos onde possam ajudar a salvar vidas no trânsito

Abilio vai tirar radares da Prainha

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), disse que pretende remover radares de algumas avenidas de Cuiabá e que serão mantidos apenas aqueles aparelhos que se mostrarem essenciais para salvar vidas no trânsito. Um dos lugares de onde o gestor pretende remover os equipamentos é a Avenida da Prainha. Em conversa com jornalistas, ele afirmou que os radares da Prainha pioram o trânsito no local e provocam congestionamentos.

“Nesse trecho ali da [Avenida da] Prainha, por exemplo, nós vamos arrancar a maioria dos radares dali, porque acaba não ajudando o trânsito e acaba criando mais congestionamento”, disse.

Ainda segundo o prefeito, a Prefeitura está realizando um estudo sobre os locais de onde seria possível remover os radares. Ele também acrescentou que o con-

trato com a empresa responsável pelos radares se encerra nas próximas semanas e que os aparelhos devem ser removidos, já que são locados.

O prefeito também garantiu que não existirá mais radares escondidos.

“Alguns lugares serão necessários e todos os lugares que for ter, vai ter identificação, você vai saber o porquê que aquele radar está ali e não vai ter mais radar escondido no município de Cuiabá”, afirmou.

Por outro lado, Abilio indicou que é necessário instalar radares em outras vias de Cuiabá. Um dos lugares que o prefeito considera essencial ter radar, por exemplo, fica localizado na Avenida Dante de Oliveira, nas proximidades da Igreja Quadrangular. Ele lembra que já ocorreram alguns acidentes no local, dentre eles o atropelamento de uma mulher e seus dois filhos, que resultou na morte das

duas crianças, de 4 e 10 anos.

“Então, naquele ponto, o radar tem a finalidade de salvar vidas. Em outros lugares, o radar está instalado de forma que a gente acredita que não é o melhor lugar para estar”, comentou.

Outro lugar apontado pelo prefeito com alta necessidade de radar é no Contorno Leste, onde tem sido registrados frequentes acidentes.

NA MIRA DO TCE – No começo da semana, o presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Sérgio Ricardo, determinou a realização de uma auditoria completa nos sistemas de radares eletrônicos instalados em Cuiabá e Várzea Grande. A medida visa apurar indícios de irregularidades na aplicação de multas de trânsito e a destinação dos recursos arrecadados.

Segundo o presidente, há uma percepção consolidada na população de que os radares ope-



Assessoria

Segundo Abilio, Prefeitura está realizando um estudo sobre os locais de onde seria possível remover os radares

ram como uma "indústria de multas", gerando penalidades em série contra motoristas sem a devida transparência.

“Quero saber o volume de multas aplicadas, o total de recursos arrecadados e, principalmente, para onde foi esse

dinheiro. A legislação é clara: esse valor deve ser investido em educação para o trânsito e melhorias no sistema viário”, declarou Sérgio Ricardo.

A auditoria, que será realizada pela equipe técnica do TCE-MT, também deve incluir a

convocação das empresas responsáveis pela instalação e operação dos radares. O presidente determinou ainda o envio de um ofício ao Inmetro para obter informações sobre a última aferição dos equipamentos.

FIM DA REELEIÇÃO

Max defende PEC que unifica eleições no Brasil

Gilberto Leite



Rusi explica que eleições a cada dois anos atrapalham o andamento do serviço público no Brasil

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Rusi (PSB), se posicionou a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a reeleição para os cargos executivos no Brasil. Para Max, cinco anos de mandato é suficiente para que o governante registrar sua marca. O presidente falou sobre o assunto na quarta-feira, 14 de maio.

A PEC n. 12/2022 ainda aumenta o mandato dos chefes do Executivo, deputados e vereadores para cinco anos e dos senadores de 8, para 10 anos. Além disso, a proposta unifica as eleições no Brasil para 2034, quando os brasi-

leiros elegeriam todos os cargos de uma só vez. Atualmente, os eleitores vão às urnas a cada dois anos, entre eleições gerais e municipais.

“Eu sou favorável. Eleição de dois em dois anos é ruim para o Brasil. Nós estamos em um ano de não eleição e praticamente toda entrevista a gente fala de eleição. Então, acho que se a gente tiver eleição no Brasil a cada cinco anos, acho que é produtivo. Ano de eleição tem uma série de restrições com convênios, termos de prazo, legislação, que dá uma segurada uma engessada no poder público”, disse Max.

Um dos objetivos das eleições unificadas é reduzir os gastos com a realização dos pleitos.

Pauta também defendida pelo presidente da ALMT.

“Se nós conseguirmos fazer um calendário, de ter eleições únicas de cinco em cinco anos, vai ser economia na realização da eleição e vai dar fluidez para os trâmites, investimentos e ações. Um governo municipal de cinco anos, eu já fui prefeito por dois mandatos, é um período bom, é um período suficiente para poder mostrar sua marca, sua gestão”, disse o deputado.

A proposta está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e vem ganhando força nas últimas semanas.

O relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou

novo parecer encurtando a regra de transição para que o fim da reeleição para governadores e presidente passe a valer em 2030, e não em 2034, como previa o texto anterior.

TRANSIÇÃO – Segundo o parecer do relator, a reeleição valeria ainda em 2026. Em 2028, os prefeitos teriam um mandato estendido de seis anos, sem direito a reeleição, para que, em 2034, todas as eleições coincidam em um único pleito.

Já governadores e presidente poderiam se reeleger em 2026. Com isso, em 2030 seriam as primeiras eleições sem possibilidade de reeleição para governadores e presidente da República.

Rennan Oliveira | Prefeitura de Cuiabá



Abilio vai conversar secretários para entender o que pode ser feito e estudar possibilidade de estender pagamento

CATADORES DE RECICLÁVEIS

Abílio Brunini avalia prorrogar auxílio

Da Redação

O prefeito Abílio Brunini (PL) afirmou que vai avaliar a possibilidade de prorrogar o pagamento de auxílio financeiro aos catadores de materiais recicláveis do antigo lixão de Cuiabá. Os trabalhadores estiveram no Legislativo para pedir apoio diante da situação de vulnerabilidade social que enfrentam desde o fim dos repasses, em março deste ano.

O auxílio fazia parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público, como medida compensatória pela desativação do lixão em 2022. Os beneficiários recebiam um salário mínimo há dois anos, com o objetivo de garantir renda até a implementação de uma cooperativa de coleta seletiva, o que ainda não ocorreu.

Em entrevista após o encontro, Abílio evitou se comprometer com a continuidade imediata do pagamento. “Eu não vou sair dessa reunião falando que vou postergar o auxílio. Saio daqui dizendo que vou avaliar as medidas do TAC, os prazos de cumprimento e saber quais medidas podem ser feitas”, declarou o gestor.

O prefeito reconheceu que parte dos trabalhadores pede a extensão do benefício, mas ponderou que o auxílio foi mantido por um período atípico. “Dois anos de pagamento de auxílio, nenhum tipo de seguro-desemprego no mundo tem dois anos”, comparou o gestor.

Abílio disse que vai conversar com o secretário de Planejamento, Marcelo Bussiki, e analisar os termos do TAC para entender o que ainda pode ser feito, bem

como a possibilidade de estender o pagamento. “Tem que avaliar a situação, porque só montar a cooperativa não resolve. Falta plano de negócios, organização, local, maquinário. Não é tão simples assim”, concluiu.

A vereadora Mayssa Leão explicou que os catadores prestaram um serviço essencial para Cuiabá por cerca de 30 anos e que agora estão sem renda, correndo riscos de serem despejados e, inclusive, passando fome. Ela solicitou à Prefeitura a criação de um novo comitê interseccional para discutir o problema.

“Durante 30 anos, eles prestaram um serviço essencial, evitando que toneladas de lixo chegassem ao Rio Cuiabá e aos nossos córregos. Agora estão sem emprego, sem cooperativa e sem acesso ao

trabalho. A Prefeitura tinha o compromisso de entregar esse espaço de trabalho, mas não cumpriu”, disse.

SOBRE O AUXÍLIO – No total, são 255 trabalhadores que recebem o auxílio da Prefeitura de Cuiabá. O compromisso foi honrado pela atual gestão mesmo com as dificuldades financeiras encontradas e com o decreto de calamidade publicado no dia 3 de janeiro, devido às dívidas acumuladas em R\$ 1,6 bilhão.

Esses trabalhadores recebem um salário mínimo mensal em razão de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado pela Prefeitura de Cuiabá com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE) a partir da desativação do antigo Aterro Sanitário, em 2021, por não atender mais as condições sanitárias.

Todos estão realizando o curso "Economia Solidária" oferecido pela Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso) para aprender o que é trabalhar numa cooperativa.

Esses profissionais serão aproveitados para trabalhar na coleta sele-

tiva de lixo que está em fase de implementação por meio da formação de um grupo interinstitucional formado pela Procuradoria Geral do Município, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Defensoria Pública, Prefeitura de Cuiabá e técnicos da Unemat.

TRABALHO QUE CHEGA LONGE

Expansão para **45 novos** municípios

A expansão de cobertura da TVAL chega para 45 novos municípios. Estamos mais perto de você e é assim que todo cidadão fica bem informado sobre novos projetos de leis, iniciativas que melhoram a vida na sua comunidade e muito mais. Fique ligado e acompanhe nossa programação. Afinal, é com essa conexão que o trabalho da ALMT se potencializa.



ALMT
Assembleia Legislativa

Aponte seu celular para o QR CODE e veja as novas localidades

